



1º Simulado

DPE GO Defensor

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Defensor Público do Estado do Goiás;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-DPE-GO-Defensor-31-07>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E | 81 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E | 82 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E | 83 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E | 84 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E | 85 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E | 86 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E | 87 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E | 88 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E | 89 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E | 90 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E | 91 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E | 92 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E | 93 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E | 94 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E | 95 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E | 96 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E | 97 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E | 98 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E | 99 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E | 100 – A B C D E |

DIREITO CONSTITUCIONAL

Marcos Gomes

01. Nos termos da Constituição da República, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- a) Construir uma sociedade livre, justa e fraternal.
- b) Garantir o desenvolvimento nacional.
- c) Erradicar a pobreza e a marginalização.
- d) Reduzir as desigualdades regionais.
- e) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade.

02. No que se refere ao Mandado de Segurança, conforme a Constituição da República e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) É hoje admissível contra atos de gestão comercial praticados por administradores de empresas públicas, sociedades de economia mista e concessionárias de serviço público.
- b) Admite concessão de liminar para a compensação de créditos tributários.
- c) Defende direito líquido e determinado.
- d) Pode ser utilizado sucedâneo de habeas-corpus ou habeas-data.
- e) Exige a oitiva prévia do representante da pessoa jurídica de direito público como condição para a concessão de liminar em mandado de segurança coletivo.

03. Cabe ao Senado Federal dispor sobre:

- a) Sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.
- b) Plano plurianual, diretrizes orçamentárias.

c) Autorizar operações externas de natureza financeira de interesse dos Estados e Municípios.

d) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional

e) Autorizar a instauração de processo contra os Ministros de Estado.

04. A instauração de instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito no âmbito do Congresso Nacional depende de certos requisitos, EXCETO:

- a) Definição de prazo certo para duração da CPI.
- b) Requerimento assinado pelos membros da respectiva casa legislativa.
- c) Indicação de fato determinado a ser apurado.
- d) Apoio mínimo de um terço dos membros de cada Casa, para instauração em conjunto ou separadamente.
- e) Análise pelo presidente da respectiva casa legislativa.

05. Quanto aos direitos políticos:

- a) O alistamento eleitoral é obrigatório para os maiores de dezoito anos, mas o voto é facultativo.
- b) Os analfabetos possuem direitos políticos passivos, mas não ativos.
- c) Estrangeiros podem alistar-se como eleitores.
- d) Para ser deputado estadual, o candidato precisa contar com no mínimo 18 anos.
- e) A filiação partidária é condição de elegibilidade.

06. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

a) É possível a recondução dos presidentes das casas legislativas para o mesmo cargo na eleição

imediatamente subsequente, dentro da mesma legislatura.

b) É compatível com a Constituição Federal ato normativo estadual que amplie as atribuições de fiscalização do Legislativo local e o rol de autoridades submetidas à solicitação de informações.

c) É vedado aos Estados desvincular os institutos de criminalística dos demais órgãos de segurança pública.

d) Governadores de estados-membros da Federação podem ser convocados para prestar esclarecimentos por Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pelo Senado Federal.

e) Admite-se a possibilidade de reeleição dos presidentes das casas legislativas em caso de nova legislatura.

07. São a todos assegurados no curso de processo judicial ou administrativo, EXCETO:

a) Contraditório.

b) Produção de provas lícitas.

c) Plenitude de defesa.

d) Recursos inerentes.

e) Tanto o processamento como o julgamento pela autoridade competente.

08. Nos termos da Constituição da República, “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente; (art. 5º, XVI)”. Interpretando tal disposição da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal fixa que:

a) A interpretação, segundo a qual é ilegal a reunião se não precedida de notificação, afronta o direito previsto no art. 5º, XVI, da Constituição Federal.

b) Condiciona à exigência de “prévio aviso” a realização de uma manifestação.

c) Aplica-se a interpretação restritiva literal ao dispositivo.

d) Para fins de formalização, exige-se que a notificação seja pessoal ou de algum modo registrada.

e) A inexistência de notificação não torna *ipso facto* ilegal a reunião.

09. São Direitos Fundamentais, EXCETO:

a) O direito de o direito de petição aos Poderes Públicos, recolhidas as respectivas taxas.

b) O direito de herança.

c) A patente e o registro.

d) A defesa do consumidor.

e) O recebimento de informações de seu interesse particular junto a órgãos públicos, ressalvado os casos de sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

10. O PL 1.562/2020 (convertido na Lei 14.019/2020) alterou a Lei 13.979/2020 para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras para enfrentamento da pandemia da Covid-19. Em 3/7/2020, foram publicadas a Lei 14.019/2020 e a mensagem que informava o veto. Mas a edição do Diário Oficial da União (DOU) de 6/7/2020 trouxe novos vetos. Na mesma edição do DOU, a Lei 14.019/2020 foi publicada sem a parte relativa aos estabelecimentos prisionais, mencionadas na republicação do veto. O argumento que melhor retrata tal situação é:

a) Não há preclusão no caso de sanção.

b) O veto não possui caráter terminativo.

c) A publicação de novos vetos viola a separação dos Poderes.

d) Admite-se o exercício renovado do poder de veto.

e) O veto é suscetível de retratação.

DIREITO HUMANOS

Lúcia Reinert

11. Em relação a Teoria Geral dos Direitos Humanos aplicada à sua previsão no plano internacional, considere as assertivas abaixo:

I - O princípio da proibição do retrocesso tem aplicação vinculada ao campo dos direitos econômicos, sociais e culturais não se relacionando aos direitos civis e políticos, os quais se realizam de maneira imediata e independem de atuação do Estado, por serem direitos de primeira geração.

II - Entre a norma da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) que garante o duplo grau de jurisdição no âmbito criminal (art. 8º, 2, "h") e a que restringe esse direito (CPP, art. 594), vale a de maior amplitude, qual seja a CADH.

III - O movimento de proteção a grupos vulneráveis no campo do direito internacional dos direitos humanos justificou a opção pelo princípio da especialidade para solucionar conflitos entre normas de diferentes tratados de direitos humanos, ficando o princípio da primazia da norma mais favorável como regente dos conflitos com normas nacionais.

- a) Todas estão corretas
- b) Nenhuma está correta
- c) Apenas II está correta.
- d) Apenas I e II estão corretas.
- e) Apenas II e III estão corretas.

12. De acordo com a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) há um rol de legitimados para solicitar uma opinião consultiva de interpretação. Assinale aquele que não está previsto no referido diploma internacional:

- a) A Assembleia Geral da OEA
- b) A Comissão Jurídica Interamericana

c) Os Estados- membros da OEA (independentemente de terem ratificado a CADH)

d) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos

e) Os indivíduos

13. Em relação ao Estatuto de Roma, assinale a alternativa incorreta:

a) O preâmbulo do Estatuto de Roma realça o vínculo entre o direito penal e a proteção de direitos humanos por meio do combate à impunidade e, conseqüentemente, evitando novas violações.

b) É um tribunal independente da ONU (diferente dos tribunais ad hoc da ex-Iugoslávia e Ruanda, criados pelo Conselho de Segurança da ONU)

c) São 18 juízes que compõem o tribunal, eleitos pelos Estados Partes para um mandato de nove anos (podem ser reeleitos, como regra).

d) O Tribunal tem personalidade jurídica internacional, com sede em Haia (Holanda), possuindo igualmente capacidade jurídica necessária ao desempenho das suas funções e cumprimento dos seus objetivos.

e) A jurisdição do TPI de acordo com a matéria (ratione materiae) restringe-se aos crimes de jus cogens, que consistem em crimes que ofendem valores da comunidade internacional.

14. Com base no seguinte texto, assinale a alternativa INCORRETA:

“O princípio da proibição do retrocesso social pode formular-se assim: o núcleo essencial dos direitos sociais já realizado e efetivado através de medidas legislativas deve considerar-se constitucionalmente garantido, sendo inconstitucionais quaisquer medidas que, sem a criação de esquemas alternativos ou compensatórios, se traduzam na prática em uma anulação, revogação ou aniquilação pura e simples desse núcleo essencial. A liberdade do legislador tem como limite o núcleo essencial já realizado (CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito

Constitucional e Teoria da Constituição, Livraria Almedina, Coimbra, 1998)

a) O princípio da vedação do retrocesso se aplica tanto aos direitos sociais e econômicos quanto aos direitos individuais e políticos

b) É vedada a regressividade dos direitos ou a “proibição do retrocesso”, de forma que as garantias alcançadas não podem retroagir em caráter desfavorável a pessoa humana.

c) Na promoção, proteção e efetivação de direitos, deve-se buscar sempre a melhor eficácia possível e não a interpretação que reduza ou minimize a efetivação de direitos.

d) Os direitos humanos caracterizam-se pela existência da proibição do retrocesso, também chamado de “efeito cliquet”, princípio do não retorno da concretização ou proibição da evolução reacionária.
e) No Brasil, a proibição do retrocesso é fruto de alguns dispositivos constitucionais, entre eles: 1) Estado democrático de Direito (art.1º,caput) e 2) dignidade da pessoa humana (art.1º,III).

15. De acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos, consideram-se como tratados de hierarquia constitucional:

- a) Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e Juventude – Regras de Beijing.
- b) Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas.
- c) Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado
- d) Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para ter Acesso ao Texto Impresso
- e) Convenção Americana de Direitos Humanos e Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu respectivo Protocolo Facultativo – Convenção de Nova Iorque.

16. Em relação ao procedimento consultivo e as opiniões consultivas da Corte IDH, assinale a alternativa incorreta.

a) O pedido de opinião consultiva à Corte IDH pode ter como objeto a interpretação da Convenção Americana ou de outros tratados concernentes à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos, o que é chamado de “opinião consultiva de interpretação”.

b) O pedido de opinião consultiva à Corte IDH pode ter como objeto o exame de compatibilidade entre qualquer lei interna e os mencionados instrumentos internacionais, o que é chamado de “opinião consultiva de compatibilidade”.

c) O procedimento contencioso trata-se de uma competência facultativa, ativada mediante pedido expresso com a ratificação pelo Estado nos termos da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH).

d) No procedimento consultivo não há partes, nem tampouco sanções, mas apenas a emissão de uma opinião consultiva.

e) O procedimento contencioso trata-se de uma competência obrigatória, ativada automaticamente com a ratificação pelo Estado nos termos da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH).

17. Quanto ao crime de desacato e a (in)convencionalidade, assinale a alternativa incorreta.

a) O Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos, sendo que no artigo 13 da referida convenção consta expressamente o direito à liberdade de expressão.

b) O Pacto de São José da Costa Rica possui status supralegal, estando hierarquicamente acima das leis, mas abaixo da Constituição Federal, eis que não foi recepcionado nos moldes do artigo 5º, §3º da CF/88.

c) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos já manifestou entendimento no sentido de que leis de desacato se prestam ao abuso, como meio para silenciar ideias e opiniões consideradas incômodas bem assim proporcionam maior nível de proteção aos agentes do Estado do que aos particulares, em contravenção aos princípios democrático e igualitário.

d) O Brasil já foi responsabilizado perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em razão de ter admitido sentenças penais condenatórias transitadas em julgado pela prática de desacato.

e) No julgamento da ADPF 496 do STF, por maioria, o STF entendeu que o tipo penal do desacato não ofende a liberdade de expressão, uma vez que encontra seus limites quando de eventual utilização como pretexto para violações graves a outros interesses e direitos fundamentais.

18. Em relação a ADPF 347 do STF, o direito internacional do Humano atrás das grades, o COVID e realidade prisional brasileira, assinale a alternativa incorreta, com base no Sistema Onusiano e Interamericano de direitos humanos.

a) A Organização das Nações Unidas (ONU), divulgou, em 31/3/2020, a Nota de Posicionamento – Preparação e respostas à Covid-19 nas prisões, admitindo o contexto de maior vulnerabilidade social e individual das pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais.

b) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) igualmente afirmou, por meio de sua Resolução n. 1/2020, a necessidade de adoção de medidas alternativas ao cárcere para mitigar os riscos elevados de propagação da Covid-19 no ambiente carcerário

c) A Corte Interamericana igualmente afirmou, por meio de sua Resolução n. 1/2020, a necessidade de adoção de medidas alternativas ao cárcere para mitigar os riscos elevados de propagação da Covid-19 no ambiente carcerário

d) Entre as recomendações previstas pela Resolução 1/20 a Comissão Interamericana recomendou aos países da Organização dos Estados Americanos (OEA) a reavaliação das prisões dos casos de prisão preventiva para substituição por medidas alternativas, especialmente nos grupos mais vulneráveis à COVID-19.

e) O Brasil já sofreu medida cautelar em relação a Cadeia Pública de Jorge Santana no Rio de Janeiro, perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

19. Em relação a Convenção de Belém do Pará, assinale a alternativa incorreta:

a) Toda mulher poderá exercer livre e plenamente seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, e contará com a total proteção desses direitos consagrados nos instrumentos regionais e internacionais sobre direitos humano. Os Estados

Partes reconhecem que a violência contra a mulher impede e anula o exercício desses direitos

b) Para a Convenção de Belém do Pará, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

c) A fim de proteger o direito de toda mulher a uma vida livre de violência, os Estados Partes deverão incluir nos relatórios nacionais à Corte Interamericana sobre as medidas adotadas para prevenir e erradicar a violência contra a mulher, para prestar assistência à mulher afetada pela violência, bem como sobre as dificuldades que observarem na aplicação das mesmas e os fatores que contribuam para a violência contra a mulher.

d) Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou qualquer entidade não-governamental juridicamente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização, poderá apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos petições referentes a denúncias ou queixas de violação dos direitos e garantias assegurados na Convenção de Belém do Pará.

e) Os Estados Partes da Convenção de Belém do Pará e a Comissão Interamericana de Mulheres poderão solicitar à Corte Interamericana de Direitos Humanos parecer sobre a

20. Em relação ao caso dos Índios Yanomamis vs. Brasil, assinale a alternativa incorreta:

a) Os petionários alegavam violação à Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem pelo governo brasileiro, por permitir a construção de uma estrada no território do povo indígena *Yanomami* e autorizar a exploração dos recursos naturais da região

b) A penetração massiva de pessoas não indígenas na área havia trazido consequências psicológicas e físicas à comunidade indígena, bem como mudanças no seu *status quo*, que resultaram em doença e morte de muitos *Yanomamis*.

c) Ficou determinado que o Brasil mantivesse a demarcação das terras *Yanomamis*, a fim de proteger a integridade física, psicológica e cultural desse povo,

entendendo, por sua vez, que o meio ambiente onde eles vivem era essencial para o exercício de seus demais direitos, razão pela qual a sua preservação ambiental teve relevante impacto no caso, demonstrando que a preservação do meio ambiente significava a base para a fruição dos demais direitos.

d) Houve violação dos direitos à vida, à liberdade e à segurança pessoal, previstos no artigo 1º, bem como dos direitos à residência e ao movimento, previstos no artigo 8º, e, por fim, dos direitos à saúde e ao bem-estar, previstos no artigo 11º da Declaração.

e) Tratava da construção de um investimento destinado à geração de energia elétrica, acompanhado de um cunho desenvolvimentista estatal em prejuízo das comunidades ribeirinhas e indígenas, além de impactos ambientais futuros imensuráveis para a região

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

21. No que tange ao Poder de Polícia, marque a assertiva correta:

- a) É possível a delegação do poder de polícia a particulares, integrantes ou não da Administração Pública.
- b) A única fase do ciclo de polícia que, por sua natureza, é absolutamente indelegável é a ordem de polícia.
- c) O Poder de polícia se manifesta de maneira vinculada.
- d) Do poder de polícia é possível haver a cobrança de imposto.
- e) A atuação da polícia administrativa recai sobre o indivíduo.

22. Marque a assertiva correta, no que tange à desapropriação:

- a) Não configura desapropriação indireta quando o Estado limita-se a realizar serviços públicos de infraestrutura em gleba cuja invasão por particulares apresenta situação consolidada e irreversível

b) O prazo de ajuizamento da desapropriação indireta é de 20 (vinte) anos.

c) Em ação de desapropriação indireta não é cabível reparação decorrente de limitações administrativas.

d) O direito de extensão não é admitido pela jurisprudência do STJ.

e) Os Estados não podem desapropriar imóveis rurais, de modo que apenas a União poderá fazê-lo.

23. No que tange à parceria público-privada, considerando os termos da Lei nº 11.079/2004, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- b) Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- c) A contratação de parceria público-privada não se aplica às sociedades de economia mista.
- d) Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão e permissão, nas modalidades patrocinada ou administrativa.
- e) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rógerio da Cunha

24. Acerca do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), é correto afirmar:

- a) É lícito ao comerciante de boa-fé aproveitar os créditos de ICMS decorrentes de nota fiscal posteriormente declarada inidônea, quando demonstrada a veracidade da compra e venda

- b) O ICMS incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.
- c) O ICMS incide sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público.
- d) A prestação de serviço de composição gráfica, personalizada e sob encomenda, ainda que envolva fornecimento de mercadorias, está sujeita ao ICMS.
- e) O ICMS incide no serviço dos provedores de acesso à Internet.

25. Acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar assinale a alternativa correta:

- a) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária está sujeita ao princípio da anterioridade.
- b) É lícito, ao Município, majorar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- c) Somente após a Emenda Constitucional 33/2001, é constitucional a incidência de ICMS sobre operações de importação efetuadas por pessoa, física ou jurídica, que não se dedica habitualmente ao comércio ou à prestação de serviços, devendo tal tributação estar prevista em lei complementar federal.
- d) Ao Imposto de Renda calculado sobre os rendimentos do ano-base, aplica-se a lei vigente no exercício financeiro em que deve ser apresentada a declaração
- e) É constitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão inter vivos de bens imóveis – ITBI com base no valor venal do imóvel.”

PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Marcos Gomes

26. De acordo com a Lei Complementar Estadual n. 130/2017, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os membros da Defensoria Pública do Estado são inamovíveis, salvo se apenados com remoção compulsória.
- b) Não será possível realização de remoção por permuta entre membros de categorias diferentes da Carreira e entre membros que não estejam em efetivo exercício.
- c) Ficará sem efeito a remoção por permuta quando mediante impugnação de Defensor Público interessado, restar comprovado fraude a concurso de remoção.
- d) Não será possível a remoção por permuta quando realizada no período de 180 dias antes do pedido de exoneração de qualquer dos interessados ou de 2 anos antes da aposentadoria de qualquer um dos Defensores Públicos removidos.
- e) Para a remoção compulsória ser aplicada deve ser assegurada a ampla defesa e o contraditório em processo administrativo disciplinar, prescindindo de parecer prévio do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.

27. Quando falamos em acesso à justiça, não falamos apenas em acesso ao Poder Judiciário, mas sim da utilização de todos os métodos adequados de acesso ao Direito. Acerca do tema, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A segunda onda do acesso à justiça refere-se ao instrumentalismo do processo, bem como à utilização de métodos adequados de solução de litígios, tal como a mediação, a conciliação e a arbitragem.
- b) Na quarta onda de acesso à justiça, a preocupação passa do campo processual-instrumental para o campo ético-valorativo.
- c) A primeira onda do acesso à justiça concretiza um modelo multiportas de acesso ao Direito.
- d) A terceira onda do acesso à justiça busca concretizar a ideia de Globalização, aí se enquadrando questões que transcendem a autonomia de um único Estado, a exemplo dos Direitos Humanos.
- e) Atualmente, não há que se falar em quinta onda de acesso à justiça, mas tão somente em uma releitura dos

obstáculos identificados nas quatro ondas de acesso à justiça.

28. Sobre a gratuidade de justiça, assinale a alternativa CORRETA, conforme o CPC e a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) De acordo com o STJ, nos casos em que a assistência judiciária gratuita foi pleiteada e deferida ainda sob a vigência da Lei n. 1.060/1950 e do antigo CPC, o benefício de gratuidade de justiça não pode ser deferido a estrangeiro não residente.
- b) De acordo com o texto do CPC, considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.
- c) O pedido de gratuidade de justiça, se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, poderá ser formulado por petição simples, em autos apartados, e não suspenderá seu curso.
- d) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, o efeito da concessão da gratuidade de justiça é *ex tunc*.
- e) Revogado o benefício da gratuidade de justiça, a parte arcará com as despesas processuais que tiver deixado de adiantar e pagará, em caso de má-fé, o décuplo de seu valor a título de multa, que será revertida em benefício da Fazenda Pública estadual ou federal e poderá ser inscrita em dívida ativa.

29. No que tange ao regime jurídica da Defensoria Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Após a EC n. 45, a Defensoria Pública passou a constar em seção própria (Seção IV), apartada da sessão inerente à Advocacia (Seção III), reforçando-se a distinção da Defensoria Pública de outras carreiras do sistema de justiça.
- b) Aos integrantes da carreira é vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- c) A capacidade postulatória do Defensor Público decorre exclusivamente de sua nomeação e posse,

sendo certo que representa a parte independentemente de mandato, com ressalva para a necessidade de poderes especiais.

d) De acordo com o Código de Processo Civil, dispensa-se a juntada da procuração se a parte estiver representada pela Defensoria Pública.

e) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, deve-se realizar uma interpretação conforme a Constituição do Estatuto da OAB, de forma a não se obrigar a inscrição dos defensores públicos para que exerçam suas atividades.

30. No que tange ao regramento da Lei Complementar n. 80/94, assinale a alternativa incorreta:

a) As funções institucionais da Defensoria Pública serão exercidas inclusive contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público.

b) A Lei Complementar n. 80/94 expressamente ratifica o texto Constitucional, que adotou o modelo público de assistência jurídica, ao ressaltar que a assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado será exercida pela Defensoria Pública.

c) Se o Defensor Público entender inexistir hipótese de atuação institucional, dará imediata ciência ao Defensor Público-Geral, que decidirá a controvérsia, indicando, se for o caso, outro Defensor Público para atuar.

d) O exercício do cargo de Defensor Público é delegável para advogados conveniados.

e) O exercício do cargo de Defensor Público é comprovado mediante apresentação de carteira funcional expedida pela respectiva Defensoria Pública, a qual valerá como documento de identidade e terá fé pública em todo o território nacional.

31. Acerca da autonomia da Defensoria Pública, destaque a alternativa CORRETA:

a) A Defensoria Pública pode estar vinculada à Secretarias do Poder Executivo, desde que exista previsão na Constituição Estadual.

- b) A Defensoria Pública é uma instituição, mas não pode ser considerada uma cláusula pétrea, sendo certo que já tivemos Emendas Constitucionais alterando o art. 134, da Constituição Federal.
- c) A autonomia funcional relaciona-se a possibilidade de gestão própria. Nesse ponto, caberá a instituição decidir onde aplicar seus recursos, seja na gestão de pessoal, seja na contratação de serviços.
- d) A Emenda Constitucional n. 69 trouxe, expressamente, autonomia para a Defensoria Pública da União.
- e) A Defensoria Pública do Estado elaborará sua proposta orçamentária atendendo aos seus princípios, às diretrizes e aos limites definidos na lei de diretrizes orçamentárias, encaminhando-a ao Chefe do Poder Executivo para consolidação e encaminhamento ao Poder Legislativo.

32. Acerca do histórico da assistência jurídica/judiciária no Brasil, analise as afirmativas abaixo e ao final responda:

- I – A Constituição de 1946 previa expressamente, o direito à assistência judiciária.
- II – A Constituição de 1967 previa o direito à assistência judiciária.
- III – A Constituição de 1937 não tinha qualquer previsão acerca da assistência judiciária.
- IV – a Constituição de 1934 aduzia que a União e os Estados deveriam conceder aos necessitados assistência judiciária, criando, para esse efeito, órgãos especiais assegurando, a isenção de emolumentos, custas, taxas e selos.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II, III.
- c) II, III e IV.
- d) I, II, IV
- e) I, III e IV.

33. Assinale a alternativa que está em desacordo com a Lei Complementar Estadual n. 130/2017. Os membros da Defensoria Pública do Estado são passíveis das seguintes sanções disciplinares:

- a) censura.
- b) remoção compulsória, quando a falta praticada, pela sua gravidade e repercussão, tornar incompatível a permanência do faltoso no órgão de atuação de sua lotação.
- c) suspensão por até 30 dias.
- d) cassação de disponibilidade e de aposentadoria.
- e) demissão.

DIREITO CIVIL

Gustavo Arruda

34. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, as pessoas mencionadas abaixo, com EXCEÇÃO de:

- a) menores de dezesseis anos.
- b) maiores de dezesseis e menores de dezoito anos
- c) ébrios habituais e os viciados em tóxico
- d) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- e) pródigos.

35. Sobre as associações, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os associados não precisam ter iguais direitos, nem podem ser distribuídos entre categorias com vantagens especiais.
- b) A qualidade de associado é sempre transmissível, não podendo o estatuto dispor o contrário.
- c) A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que

assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.

- d) É possível impedir associado de exercer direito ou função que lhe tenha sido conferido, por deliberação da maioria, ainda que o motivo e a forma não estejam expressos na lei ou no estatuto.
- e) Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido será necessariamente distribuído entre os associados.

36. Sobre os bens públicos, assinale a alternativa ERRADA:

- a) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- b) São considerados bens públicos aqueles de titularidade de associações ou fundações enquadradas como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público).
- c) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- d) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.
- e) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

37. Os poderes de representação conferem-se por lei ou pelo interessado. Sobre a representação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A manifestação de vontade pelo representante, nos limites de seus poderes, produz efeitos em relação ao representante.
- b) O representante não precisa provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes, presumindo-se a sua boa-fé.
- c) Salvo se o permitir a lei ou o representado, é anulável o negócio jurídico que o representante, no seu

interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.

- d) É nulo o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento do representado.
- e) O negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo é plenamente válido e eficaz, independente do que disser o representado.

38. Sobre a união estável, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Cada companheiro é aliado aos parentes do outro pelo vínculo da afinidade. O parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do companheiro. Na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução da união estável.
- b) Durante a união estável, compete o poder familiar exclusivamente à mãe; na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com auxílio do Juiz e do representante do Ministério Público.
- c) A dissolução da união estável altera substancialmente as relações entre pais e filhos, em especial quanto ao direito, que aos primeiros cabe, de terem em sua companhia os segundos.
- d) O filho não reconhecido pelo pai fica sem poder familiar; se a mãe for conhecida, dar-se-á tutor ao menor.
- e) O pai que estabelece nova união estável perde, quanto aos filhos do relacionamento anterior, os direitos relativos ao poder familiar.

39. Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão parcial, EXCETO quando:

- a) um dos nubentes for relativamente capaz.
- b) um dos nubentes tiver patrimônio dez vezes maior do que o do outro.

- c) por escrito particular, for eleito regime de bens diverso.
- d) um dos nubentes for indígena.
- e) um dos nubentes for septuagenário.

40. Incumbe ao tutor, sob a inspeção do juiz, administrar os bens do tutelado, em proveito deste, cumprindo seus deveres com zelo e boa-fé. O tutor poderá, INDEPENDENTE de autorização judicial (alvará):

- a) vender os bens móveis do tutelado, cuja conservação não convier, e os imóveis nos casos em que for permitido.
- b) transigir em nome do tutelado
- c) pagar as dívidas do tutelado.
- d) fazer as despesas de subsistência e educação do tutelado, bem como as de administração, conservação e melhoramentos de seus bens;
- e) propor em juízo as ações, ou nelas assistir o menor, e promover todas as diligências a bem deste, assim como defendê-lo nos pleitos contra ele movidos.

41. Sobre as disposições testamentárias, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A nomeação de herdeiro pode fazer-se sob condição, para certo fim ou modo, ou por certo motivo; a nomeação de legatário só pode ser feita pura e simplesmente.
- b) É amplamente aceita a designação do tempo em que deva começar ou cessar o direito do herdeiro, a exemplo do que ocorre com as disposições fideicomissárias.
- c) O erro na designação da pessoa do herdeiro, do legatário, ou da coisa legada anula a disposição em qualquer hipótese, mesmo se, pelo contexto do testamento, por outros documentos, ou por fatos inequívocos, se puder identificar a pessoa ou coisa a que o testador queria referir-se.

d) Dispondo o testador que não caiba ao herdeiro instituído certo e determinado objeto, dentre os da herança, tocará ele aos pobres do lugar do domicílio do testador ao tempo de sua morte, ou dos estabelecimentos aí sitos, salvo se manifestamente constar que tinha em mente beneficiar os de outra localidade.

e) É nula a disposição que favoreça a pessoa incerta, cometendo a determinação de sua identidade a terceiro.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

42. É uma forma societária não personificada:

- a) Sociedade em conta de participação.
- b) Sociedade simples.
- c) Sociedade em comandita simples.
- d) Sociedade em nome coletivo.

43. Com relação às sociedades em conta de participação, assinale a opção correta à luz do Código Civil.

- a) Em caso de falência do sócio participante, ocorrerá a dissolução da sociedade e a liquidação da respectiva conta, cujo saldo constituirá crédito quirografário.
- b) O sócio ostensivo tem a faculdade de admitir novo sócio, independentemente de consentimento expresso dos demais.
- c) O contrato social produz efeito somente entre os sócios apenas até eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro, momento em que a sociedade passará a possuir personalidade jurídica.
- d) A liquidação da sociedade em conta de participação, se rege pelas normas relativas à prestação de contas, na forma da lei processual.
- e) Os bens sociais respondem por ato de gestão apenas do sócio ostensivo.

44. Acerca do que o Código Civil Brasileiro estabelece sobre Sociedade em Conta de Participação, assinale a alternativa correta.

a) Trata-se de sociedade não personificada, em que a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais sócios dos resultados correspondentes, e mesmo a eventual inscrição do instrumento de seu contrato social em qualquer registro, não confere personalidade jurídica à sociedade.

b) Trata-se de sociedade personificada, devendo ser constituída obrigatoriamente por contrato escrito, particular ou público, devendo ser registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.

c) Trata-se de sociedade personificada em que somente pessoas físicas podem tomar parte, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente pelas obrigações sócias.

d) Trata-se de sociedade não personificada, em que a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, capital este que poderá ser dividido em quotas iguais ou desiguais, salvo disposição contratual em contrário.

e) Trata-se de sociedade não personificada, em que o seu capital é dividido em ações e opera sob firma ou denominação. Nesse tipo de sociedade somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, como diretor, responde subsidiária e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade.

45. De acordo com os preceitos estabelecidos pelo vigente Código Civil, em relação à sociedade em conta de participação, assinale a alternativa correta.

a) A atividade prevista pelo objeto social é desenvolvida exclusivamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.

b) O sócio oculto, que desenvolve a atividade econômica, responde pelas obrigações sociais com seu nome e patrimônio pessoal.

c) Esse tipo de sociedade possui apenas sócios em comandita.

d) O sócio oculto tem responsabilidade ilimitada pelas obrigações sociais.

e) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

46. À luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores, acerca das relações consumeristas nos transportes aéreos internacionais, considere:

I. A condenação por danos a mercadoria ou carga em transporte aéreo internacional está sujeita aos limites previstos no Código de Defesa do Consumidor – CDC, sendo inaplicáveis convenções e tratados internacionais.

II. Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor.

III. As indenizações por danos materiais decorrentes de extravio de bagagem e de atraso de voo internacional não estão submetidas à tarifação prevista na Convenção de Montreal, devendo-se observar, nesses casos, a efetiva reparação do consumidor preceituada pelo CDC.

IV. É possível a limitação, por legislação internacional especial, do direito do passageiro à indenização por danos materiais decorrentes de extravio de bagagem.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, está correto o que se afirma apenas em

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) II e IV.

e) I e IV.

47. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é direito básico do consumidor:

- a) a manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente.
- b) a instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Público.
- c) o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.
- d) educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo.
- e) a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

48. Acerca da defesa do consumidor em juízo, à luz da disciplina do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência pátria, é correto afirmar:

- a) A mera invocação de legislação municipal que estabelece tempo máximo de espera em fila de banco é suficiente para ensejar o direito à indenização por danos morais coletivos.
- b) A ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços não pode ser proposta no domicílio do autor.
- c) O Ministério Público tem legitimidade exclusiva para propor ação visando compelir o Poder Público competente a proibir, em todo o território nacional, a produção, divulgação distribuição ou venda, ou a determinar a alteração na composição, estrutura, fórmula ou acondicionamento de produto, cujo uso ou consumo regular se revele nocivo ou perigoso à saúde pública e à incolumidade pessoal.
- d) A isenção de custas e emolumentos judiciais prevista no Código de Defesa do Consumidor para as ações coletivas visa a facilitar a defesa dos direitos dos consumidores, não sendo aplicável às ações, ainda que coletivas, propostas por sindicato em defesa dos sindicalizados.
- e) O réu que houver contratado seguro de responsabilidade não poderá chamar ao processo o segurador, ressalvada a integração do contraditório pelo Instituto de Resseguros do Brasil. Nesta hipótese, a sentença que julgar procedente o pedido condenará

o réu nos termos do Código de Processo Civil. Se o réu houver sido declarado falido, o síndico será intimado a informar a existência de seguro de responsabilidade, facultando-se, em caso afirmativo, o ajuizamento de ação de indenização diretamente contra o segurador, vedada a denúncia da lide ao Instituto de Resseguros do Brasil e dispensado o litisconsórcio obrigatório com este.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Eduardo Calvert

49. Jurisdição pode ser definida como função do Estado, destinada à solução imperativa de conflitos e exercida mediante a atuação da vontade do direito em casos concretos. Sobre os princípios aplicáveis à jurisdição, é incorreto afirmar:

- a) O princípio da indeclinabilidade impede o juiz de deixar de decidir sobre o pretexto de lacuna ou de obscuridade na lei. Significa que é vedado ao juiz proferir o *non liquet*.
- b) A inevitabilidade representa o fato de a jurisdição impor-se aos jurisdicionados independentemente de sua vontade.
- c) O princípio da inércia determina que é ônus do interessado provocar a atividade estatal por meio do exercício da demanda.
- d) O princípio do juiz natural assegura que a jurisdição seja exercida por terceiro independente e imparcial, impedindo qualquer alteração na competência após a distribuição do processo.
- e) Segundo o princípio da inafastabilidade da jurisdição, a todos é garantido o acesso ao Poder Judiciário e, de forma correlata, o exercício do direito de ação.

50. Nos autos de processo de natureza condenatória, houve liminarmente a concessão de tutela de urgência de natureza cautelar, consistente no arresto de bens do réu, diante do risco ao resultado útil do processo representado pela dilapidação do patrimônio do réu. Após a apresentação da contestação, o advogado do réu tomou conhecimento do fato de que o marido da juíza que atua no feito é advogado sócio do escritório que representa o autor no processo, mas não figura

como mandatário nos autos. Sobre essa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) Por se tratar de hipótese de suspeição da magistrada, o réu não poderá mais argui-la no processo, uma vez que deixou de fazê-lo em sede de contestação.
- b) Por se tratar de hipótese de impedimento da magistrada, deverá o réu alegar o impedimento por meio de incidente proposto no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do conhecimento do fato, diretamente perante o Tribunal de Justiça.
- c) Caso a juíza não reconheça o impedimento arguido pelo réu por meio de petição, ao julgar o incidente o tribunal a condenará nas custas.
- d) Por se tratar de provimento de urgência, a decisão de natureza cautelar proferida pela magistrada não será considerada nula, sem prejuízo de revisão de seu teor pelo magistrado a quem forem remetidos os autos.
- e) Por se tratar de hipótese de suspeição da magistrada, o réu deverá alegá-la por meio de petição específica dirigida ao juiz do processo, no prazo de 15 dias, a contar do conhecimento do fato.

51. Pendendo demanda entre Flávio e Marcelino, Joana detém interesse em que a sentença seja favorável ao segundo, tendo em vista que mantém com este relação jurídica subordinada à relação jurídica mantida entre Flávio e Marcelino. Nesta hipótese:

- a) Joana pode requerer o seu ingresso no processo como terceiro interveniente, na qualidade de assistente simples de Marcelino.
- b) Joana pode requerer o seu ingresso no feito na qualidade de litisconsorte de Marcelino.
- c) Joana somente poderá requerer o seu ingresso no feito como terceiro interveniente se mantiver relação jurídica diretamente com Flávio.
- d) O juiz deverá determinar ao autor que requeira a citação de Joana, no prazo que assinar, sob pena de extinção do processo.

e) Se Joana requerer o seu ingresso no feito como assistente de Marcelino, este não poderá reconhecer a procedência do pedido.

52. Assinale a alternativa incorreta em relação ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

- a) O núcleo de prática jurídica deve apresentar o instrumento de mandato quando constituído pelo réu hipossuficiente, salvo nas hipóteses em que é nomeado pelo juízo.
- b) O direito à indenização por danos morais transmite-se com o falecimento do titular, possuindo os herdeiros da vítima legitimidade ativa para ajuizar ou prosseguir a ação indenizatória.
- c) O ente público detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares, podendo deduzir qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio.
- d) O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em proveito de criança ou adolescente independentemente do exercício do poder familiar dos pais, ou do fato de o menor se encontrar nas situações de risco descritas no art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou de quaisquer outros questionamentos acerca da existência ou eficiência da Defensoria Pública na comarca.
- e) Os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da citação, inclusive para fins de compensação e repetibilidade.

53. Sobre a contestação e a reconvenção e sua disciplina pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Na hipótese de não realização da audiência de conciliação em razão da manifestação expressa de ambas as partes sobre o desinteresse na composição consensual, o prazo de 15 dias para oferecimento da contestação será contado da intimação do réu sobre o cancelamento da audiência designada.

b) Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico.

c) O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público e ao curador especial, mas se aplica ao advogado dativo.

d) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

e) A reconvenção não permite o alargamento de qualquer dos polos da ação.

54. Sobre as técnicas de julgamento antecipado do processo e sua disciplina pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

a) O juiz pode reconhecer a falta de interesse processual em relação a parcela dos pedidos deduzidos pelo autor na demanda e proferir decisão parcial com fundamento no artigo 485, VI, do Código de Processo Civil. Nesta hipótese, a decisão será impugnável por agravo de instrumento.

b) O juiz julgará antecipadamente o mérito quando não houver necessidade de produção de outras provas ou quando o réu for revel, ocorrer o efeito da revelia e não houver requerimento de prova.

c) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, após a citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

d) O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso ou estiver em condições de imediato julgamento. A parte poderá executar desde logo a obrigação reconhecida e, mesmo que houver recurso interposto contra a decisão, estará dispensada de prestar caução.

e) Ao réu revel será lícita a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, desde que se faça

representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção.

55. Sobre o mandado de segurança, assinale a alternativa correta:

a) Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a teoria da encampação não pode ser aplicada no mandado de segurança para mitigar a indicação errônea da autoridade coatora por parte do impetrante.

b) A sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, inclusive nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar.

c) É cabível mandado de segurança contra os atos de autoridade e de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

d) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo.

e) Equiparam-se às autoridades, para fins do mandado de segurança, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.

56. Sobre os recursos e sua disciplina pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

b) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, apenas quando atuar como parte.

c) Sendo vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir o outro. O recurso adesivo será conhecido ainda que houver desistência

do recurso principal ou se for ele considerado inadmissível.

d) O recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso, mas a desistência manifestada após o juiz ode admissibilidade dependerá de anuência do recorrido ou dos litisconsortes para ser homologada.

e) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.

57. Em se tratando de decisão liminar que deferiu tutela de urgência em favor do autor anteriormente à citação do réu:

a) O prazo para a interposição do recurso conta-se da data em que o réu foi pessoalmente intimado acerca da decisão.

b) A concessão de tutela de urgência de evidência independe da demonstração de perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

c) Dentre as tutelas de urgência, somente a tutela antecipada pode ser requerida concomitantemente com o pedido principal.

d) Sempre que agir com culpa, o autor responderá pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar ao réu se a sentença lhe for desfavorável.

e) Em se tratando de tutela antecipada requerida em caráter antecedente, o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.

58. Sobre a penhora de bens, sua disciplina no Código de Processo Civil e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

a) A impenhorabilidade não é oponível à execução de dívida relativa ao próprio bem, inclusive àquela contraída para sua aquisição.

b) São impenhoráveis os proventos de aposentadoria, independentemente de seu valor.

c) A vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis não constitui bem de família para efeito de penhora.

d) É impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.

e) É válida a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação.

DIREITO DIFUSOS E COLETIVOS

Rodrigo Vaslin

59. Acerca da legitimidade para proposição de Ação Civil Pública, julgue as proposições:

I. Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público.

II. Mesmo se o Ministério Público não intervier na Ação Civil Pública como parte, deverá atuar obrigatoriamente como fiscal da lei.

III. É facultado ao Poder Público habilitar-se como litisconsorte de qualquer das partes da Ação Civil Pública.

IV. Na Ação Civil Pública, é inadmissível o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados, em razão do princípio institucional da Unidade do Ministério Público.

Assinale a alternativa correta:

a) Todas as proposições são verdadeiras.

b) Todas as proposições são falsas.

c) Apenas uma proposição é falsa.

d) Apenas duas proposições são verdadeiras.

e) Apenas três proposições são verdadeiras.

60. O processo coletivo é formado por diversos princípios básicos. Dentre eles, existe o que afirma não depender a demanda coletiva da vontade das partes, mas, sim, da necessidade social de sua propositura. Em razão disso, entende-se que o abandono ou desistência da demanda não gera, em regra, sua extinção sem resolução de mérito. Esse princípio é o da:

- a) não-taxatividade ou da atipicidade do processo coletivo.
- b) adequada representação da ação coletiva.
- c) informação e publicidade adequadas.
- d) primazia do conhecimento do mérito do processo coletivo.
- e) indisponibilidade da demanda coletiva.

61. Sobre a ação de improbidade, considere:

I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que não configura bis in idem a coexistência de acórdão condenatório do Tribunal de Contas ao ressarcimento do erário com sentença condenatória proferida em ação civil pública por improbidade administrativa.

II Nos termos da Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), na fixação das sanções por ela cominadas, o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como os antecedentes do agente e o proveito patrimonial por este obtido.

III. As regras de prescrição em improbidade administrativa aplicáveis aos particulares que participam do ato ímprobo são as mesmas do agente público também envolvido.

- a) Apenas o item II está incorreto.
- b) O item I e II estão incorretos.
- c) Os itens I, II e III estão incorretos.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) nenhuma das anteriores.

62. Sobre a remessa necessária no processo coletivo, julgue as seguintes assertivas:

I – No mandado de segurança, a remessa necessária ocorre nas hipóteses de sentença de não concessão da ordem.

II - De acordo com o STJ, não se aplica o reexame necessário no caso ação civil pública relacionada à direito individual homogêneo.

III - Na ação popular, o reexame necessário se dá no caso de procedência do pedido ou carência da ação.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Todas as afirmativas estão incorretas.
- c) Apenas I e II estão corretas.
- d) Apenas III está correta.
- e) Apenas II está correta.

63. Assinale a alternativa incorreta:

a) A execução de multa diária por descumprimento de obrigação de fazer, fixada em liminar de ação popular e de ação civil pública, pode ser realizada nos próprios autos, razão pela qual não carece do trânsito em julgado da sentença final condenatória.

b) A competência para julgar ação popular contra ato de qualquer autoridade, até mesmo do Presidente da República, é, via, de regra, do juízo competente do primeiro grau.

c) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

d) Se o autor desistir da ação popular ou der motivo à absolvição da instância, serão publicados editais, ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.

e) É possível a declaração incidental de inconstitucionalidade em ação popular, desde que a

controvérsia jurisdicional não figure como pedido, mas como causa de pedir.

64. A respeito do mandado de segurança coletivo, assinale a alternativa correta.

- a) Ele seguirá o rito do mandado de segurança comum, por falta de sistematização legal.
- b) Não poderá ser concedida medida liminar se a pessoa jurídica de direito público abster-se de se manifestar.
- c) Não é possível a execução individual da sentença coletiva pelos associados, exceto se houver autorização da associação.
- d) A sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.
- e) Induz a litispendência para as ações individuais, quando tratar da defesa dos mesmos direitos.

65. No que diz respeito à tutela em juízo dos interesses individuais homogêneos, difusos e coletivos, julgue os itens a seguir.

I. A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura da ação civil pública que vise promover a tutela judicial de direitos coletivos de que sejam titulares quaisquer grupos de pessoas ligadas por uma relação jurídica com a parte contrária.

II. A sentença de improcedência proferida em ação civil pública que tenha por objeto a defesa de interesses coletivos formará coisa julgada secundum eventum probationis.

III. Inexiste litispendência entre ações individuais e ação civil pública coletiva que tenham objetos idênticos.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II.

e) III.

66. A respeito do habeas corpus e do habeas data, a Constituição Federal estabelece que:

- a) compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, o habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal.
- b) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o habeas data contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, entre outros.
- c) compete aos Tribunais Regionais Federais julgar, em recurso ordinário, os habeas data decididos em única ou última instância pelos tribunais dos Estados e do Distrito Federal, quando a decisão for denegatória.
- d) cabe habeas data ainda que não haja recusa de informações por parte da autoridade administrativa.
- e) conceder-se-á habeas corpus para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

67. (Inédita - 2021) Maria, mãe biológica de Cecília, teve a destituição do poder familiar decretada em 2020 por decisão judicial que transitou em julgado. Desde então, Cecília estava em situação de guarda provisória com outro casal. Em 2021, em sede de outro processo movido em face de Maria, foi decretada a guarda definitiva em nome do mesmo casal. Maria está insatisfeita com a decisão, pois pretende que Cecília permaneça no seio familiar, apontando sua irmã como pessoa apta a cuidar da criança. Sabendo dessa situação, o Defensor Público que está agindo em favor de Maria:

- a) não poderá recorrer da decisão de concessão da guarda, uma vez que Maria não mais tem interesse jurídico na definição do modo de criação de Cecília.
- b) poderá recorrer da decisão de concessão da guarda desde que comprove a prévia interposição de ação

- rescisória da decisão de destituição do poder familiar anterior, independentemente da concessão de efeito suspensivo.
- c) poderá recorrer da decisão de concessão da guarda desde que comprove a prévia interposição de ação rescisória da decisão de destituição do poder familiar anterior e desde que tenha sido deferido efeito suspensivo.
- d) não poderá recorrer da decisão de concessão da guarda em nome de Maria, mas poderá recorrer em nome da Defensoria Pública na qualidade de curador especial de Cecília.
- e) poderá recorrer da decisão de concessão da guarda, persistindo o interesse jurídico de Maria na definição do modo de criação de Cecília, apesar da destituição do poder familiar.
- 68.** (Inédita - 2021) Em certa instituição particular de ensino infantil de Goiânia, o diretor emitiu instrução aos pais vedando a ausência de estudantes nos dias de prova por motivo decorrente de preceito religioso, ressaltando o caráter plural e laico que se pretende conferir à escola. Diversos pais procuraram a Defensoria Pública em busca de informações sobre a situação. Sobre a situação, assinale a alternativa correta:
- a) Não há qualquer vedação à postura adotada pela escola na legislação, principalmente tendo-se em conta a liberdade conferida às instituições de ensino privadas para definir os seus princípios diretivos.
- b) Não há disposição a respeito prevista na legislação em vigor, mas em virtude da liberdade constitucional de consciência e de crença, é exigível da escola a adoção de prestação alternativa em razão da objeção de consciência.
- c) Há disposição expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre a situação, a qual estabelece a possibilidade de, à custa do aluno, realizar-se prova em data alternativa ou trabalho substitutivo em caso de objeção de consciência.
- d) Há disposição expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre a situação, a qual estabelece a possibilidade de, sem custos para o aluno, realizar-se prova em data alternativa ou trabalho substitutivo em caso de objeção de consciência.
- e) Há previsão expressa na legislação em vigor sobre a situação, estabelecendo-se a possibilidade de realização de prestação alternativa pelo aluno em caso de objeção de consciência, cabendo à instituição de ensino a definição da prestação.
- 69.** (Inédita - 2021) De acordo com o Decreto federal nº 9.579/2018, poderão solicitar a inclusão de crianças e adolescentes ameaçados no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PCAAM) as seguintes instituições, EXCETO:
- a) o Conselho Tutelar.
- b) os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.
- c) a autoridade judicial competente.
- d) o Ministério Público.
- e) a Defensoria Pública.
- 70.** (Inédita - 2021) A respeito do depoimento especial de criança ou adolescente vítima de testemunha, assinale a alternativa correta:
- a) Para a garantia do resguardo da criança ou adolescente, o depoimento deve ser, preferencialmente, realizado em sede de produção antecipada de prova judicial, com postergação do direito de defesa à instrução definitiva.
- b) O depoimento especial deve ser prestado uma única vez, mas é possível a sua renovação quando for declarada a sua prescindibilidade pela autoridade competente e houver concordância da vítima ou testemunha, ou de seu representante legal.
- c) Os profissionais responsáveis pela tomada do depoimento devem informar a criança ou adolescente sobre o procedimento e sobre os seus direitos, mas é vedada a leitura da denúncia ou de outras peças processuais.

d) A criança ou adolescente tem direito à livre narrativa da situação de violência, permitida a intervenção de profissional especializado quando necessário para a elucidação dos fatos; as perguntas a serem formuladas pelo profissional também podem ser adaptadas a fim de que seja aprimorada a linguagem técnico-processual.

e) O depoimento não deve ser gravado em vídeo, apenas em áudio.

71. (Inédita - 2021) Sobre a medida socioeducativa de internação, assinale a alternativa correta:

a) É obrigatória a realização de atividades pedagógicas durante o período de internação, inclusive em caso de internação provisória.

b) É permitida a realização de atividades externas pelo socioeducando caso haja autorização judicial expressa.

c) É compulsória a liberação do adolescente ao completar a maioridade.

d) No caso de internação decorrente da prática de ato infracional praticado com grave ameaça a pessoa, a sua duração não poderá ser superior a 6 meses, se for a primeira medida desse tipo aplicada ao adolescente.

e) A autoridade judiciária pode determinar a incomunicabilidade do adolescente internado em caso de situação de grave risco à sua integridade física, à sua vida, ou à de outrem, o que deve ser comunicado de imediato ao seu defensor e ao Ministério Público.

72. (Inédita - 2021) Imagine a seguinte situação. Após meses de investigação, a polícia civil de Goiás conseguiu identificar *serial killer* que aterrorizou o Estado. No momento da abordagem, que se deu em flagrante de tentativa de homicídio, verificou-se que o infrator era adolescente, o que foi comprovado por documento de identificação apreendido. Apesar disso, conforme amplamente televisionado, o adolescente foi inserido no porta-malas de viatura e transportado para a delegacia policial única da região, onde foi mantido preso em conjunto com outros presos adultos. Comparecendo imediatamente ao local a mãe do

adolescente, que solicitou a liberação, o delegado responsável não autorizou a soltura, apontando a existência de risco à segurança do adolescente e à manutenção da ordem pública. Sobre a situação, é correto afirmar que:

a) Foi correta a condução do adolescente à delegacia de polícia após apreensão em flagrante.

b) O transporte do adolescente em porta-malas não deve ser considerado, a princípio, ilícito, devendo a autoridade policial apontar as razões para tanto em relatório circunstanciado posterior.

c) A segregação do adolescente em conjunto com outros adultos não é ilícita, caso demonstrado que a delegacia não conta com repartição apropriada para a recepção de menores.

d) Considerado o comparecimento da mãe, o adolescente deveria ter sido liberado sob termo de compromisso e responsabilidade de apresentação ao representante do Ministério Público.

e) A decisão de não autorizar a liberação do adolescente, apesar de corretamente fundamentada, não era atribuição do delegado, tratando-se de matéria de competência exclusiva da autoridade judicial.

73. (Inédita - 2021) Assinale a alternativa correta. Cabe a aplicação de medida socioeducativa apesar de reconhecida na sentença:

a) a inexistência do fato investigado.

b) a condição de portador de doença grave do adolescente.

c) a ausência de prova do fato investigado.

d) a atipicidade do fato investigado.

e) a ausência de participação do adolescente no fato investigado.

74. (Inédita - 2021) Assinale a alternativa que aponta entendimento prevalecente na jurisprudência do Superior de Justiça a respeito das medidas socioeducativas:

- a) Relatório técnico favorável à progressão ou à extinção da medida vincula a decisão do juiz.
- b) As hipóteses de aplicação da medida de semiliberdade são taxativas e idênticas àquelas em que cabe a aplicação da medida de internação.
- c) A reiteração apta a ensejar a aplicação da medida de internação só ocorre quando praticados, ao menos, dois atos infracionais graves anteriores.
- d) Atos infracionais compreendidos na remissão são aptos para configurar a reincidência requerida para a aplicação da medida de internação.
- e) A confissão espontânea do adolescente configura circunstância atenuante apta a deslegitimar a aplicação de medida socioeducativa mais grave.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

75. João formou-se em direito em 2013. Durante sua vida universitária, descobriu que sua esposa o traía com Pedro, seu melhor amigo. Descoberta a traição, João planejou, por anos, mata-lo e, por isso, convidou-o para uma viagem à praia. Sem saber da vontade de João, a vítima prontamente aceitou o convite. Durante as férias, alugaram um veleiro e ambos foram pescar em alto mar. Após início de uma tempestade, João se aproveitou da distração de seu amigo para executar seu plano. Preocupado com a situação do barco e temendo que pudessem estar em perigo de vida, Pedro foi surpreendido com uma pancada na cabeça que o derrubou da embarcação, fazendo-o cair, já sem vida, ao mar. Após ceifar a vida de seu melhor amigo, João notou que havia somente um colete salva-vidas na embarcação que afundou em seguida, decorrente da tempestade. Ao chegar vivo em terra firme, porque fez uso do colete, narrou parcialmente o acontecido, sustentando que matou Pedro, para sobreviver.

Verifica-se, no caso narrado, a seguinte situação hipotética:

- a) João não cometeu crime, porque agiu em estado de necessidade.

- b) João não cometeu crime, porque agiu em legítima defesa da honra.
- c) João cometeu crime de homicídio qualificado.
- d) João não cometeu crime e deve sustentar no júri o estado de necessidade e até mesmo a legítima defesa da sua honra.
- e) João será condenado por homicídio simples e a tese do estado de necessidade afastada, porque não havia perigo atual no momento do crime.

76. Sobre as teorias da culpabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) A teoria psicológica foi adotada na época em que adotada a teoria finalista da conduta. A culpabilidade era composta do dolo ou da culpa, sendo que a imputabilidade do agente o único pressuposto a imputabilidade.
- b) Para a teoria psicológico-normativa, a culpabilidade possui como elementos o dolo ou a culpa, a imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa. Referida teoria entende que o dolo e a culpa integram a culpabilidade.
- c) A inclusão da inexigibilidade de conduta diversa como elemento do fato típico advém da Teoria da normalidade das circunstâncias concomitantes.
- d) O dolo, segundo a teoria psicológico-normativa da culpabilidade, seria normativo, em razão de pertencer à culpabilidade e, assim, ter como seu conteúdo a potencial consciência da ilicitude.
- e) A teoria finalista entende que a conduta humana é o exercício de uma atividade final, ou seja, funde na conduta a vontade e a finalidade. Com isso, o dolo e a culpa passam a integrar o fato típico, deixando de ser elemento da culpabilidade.

77. Paulo, sem condições de pagar energia elétrica para sua casa, resolveu fazer uma ligação clandestina no poste de energia próximo a sua casa. Seu vizinho Rogério, no entanto, instalou um aparelho que burlava o sistema da Companhia Elétrica e apontava sempre

quantidade menor daquela realmente consumida. Após fiscalização da empresa, foi constatado o ocorrido e os moradores levados para prestar depoimento. Após serem liberados, com a ajuda financeira dos moradores da comunidade, pagaram os valores das dívidas apuradas pela companhia de energia elétrica. Assinale a alternativa que, nessa situação hipotética, está de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

- a) Paulo cometeu furto mediante fraude e Rogério estelionato. A punibilidade dos agentes, no entanto, será extinta com o pagamento dos valores.
- b) Paulo cometeu estelionato e Rogério furto simples. A punibilidade dos agentes, no entanto, será extinta com o pagamento dos valores.
- c) Paulo cometeu furto mediante fraude e Rogério estelionato. A punibilidade não será extinta com o pagamento do débito, apesar de essa circunstância poder caracterizar arrependimento posterior.
- d) Paulo cometeu estelionato e Rogério furto mediante fraude. A punibilidade não será extinta com o pagamento do débito, apesar de essa circunstância poder caracterizar arrependimento posterior.
- e) Paulo e Rogério cometeram furto mediante fraude. A punibilidade dos agentes, no entanto, será extinta com o pagamento dos valores.

78. Sobre os efeitos da condenação, assinale a alternativa correta:

- a) Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.
- b) Entende-se por patrimônio do condenado, sujeito a perda, como produto ou proveito do crime, todos os bens de sua titularidade, ou em relação aos quais o agente tenha o domínio e o benefício direto ou indireto, bem como aqueles transferidos a terceiros a título gratuito ou mediante contraprestação irrisória,

até a data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão condenatórios.

- c) Na hipótese de condenação por receptação simples, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.
- d) A perda dos bens, decorrentes do produto ou proveito do crime, deverá ser requerida expressamente e comprovada pelo Ministério Público até o oferecimento de alegações finais, com indicação discriminada e detalhada da diferença apurada.
- e) Um dos efeitos automáticos da condenação é a perda do produto ou proveito do crime em favor dos Estados-membros, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé do produto do crime de âmbito estadual.

79. João foi aprovado no curso de Direito e, logo em seguida, começou seu estágio voluntário no fórum de uma das comarcas do Estado de Goiás. Todas as sextas-feiras atendia autores e réus dos processos no balcão e deles recebia “presentes” para que empregasse tratamento diferenciado. A chefe da secretaria, vendo aquela situação, explicou que aquilo não era permitido, mas não tomou as medidas cabíveis, por indulgência. No caso hipotético narrado, verifica-se:

- a) a prática tráfico de influência e prevaricação, respectivamente.
- b) a exploração de prestígio e corrupção passiva, respectivamente.
- c) a prática de corrupção passiva e prevaricação, respectivamente.
- d) a prática de corrupção passiva e condescendência criminosa, respectivamente.
- e) a atipicidade da conduta porque João não é funcionário público.

80. Sobre o *iter criminis*, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da transcendência preconiza que o Estado só pode criminalizar condutas humanas que se exteriorizem por meio de conduta, seja comissiva, seja omissiva. Desse modo, a mera cogitação e preparação, os pensamentos ou desejos íntimos, a preparação para a prática delituosa, são penalmente irrelevantes.
- b) Defendida pelo autor Frederico Marques e por Hans Welzel, a teoria objetivo-formal preconiza que a realização do núcleo do tipo (o verbo nuclear que descreve a conduta no tipo penal) configura o marco de início da execução e, por conseguinte, o marco a partir do qual a conduta passa a ser punível.
- c) Cumpre destacar que há crimes que preveem um resultado naturalístico cuja ocorrência não é necessária para a consumação. Denominam-se crimes de mera conduta.
- d) São apenas três as fases do *iter criminis*: a cogitação, a preparação e a execução.
- e) Há precedente no STJ em que foi adotado pela Corte a teoria objetivo-material, que prescreve que o ato executório é aquele que se realiza no momento imediatamente anterior ao início dos atos que se amoldam ao núcleo do tipo, de acordo com o plano do agente. Esta teoria se baseia no fato de que a execução de cada delito pode variar muito, desde uma sequência complexa de atos ou até um comportamento abrupto e repentino.

81. Sobre o crime continuado, considerando o código penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) Quando o agente, mediante uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de dois terços a metade.
- b) A lei penal mais grave não se aplicará ao crime continuado ou ao crime permanente, ainda que sua

vigência seja anterior à cessação da continuidade delitiva ou da permanência.

- c) A lei penal mais grave aplicar-se-á ao crime continuado ou ao crime permanente, ainda que sua vigência seja posterior à cessação da continuidade delitiva ou da permanência
- d) Para a caracterização do instituto do art. 71 do Código Penal, é necessário que estejam preenchidos, cumulativamente, os requisitos de ordem objetiva (pluralidade de ações, mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução) e o de ordem subjetiva, assim entendido como a unidade de desígnios ou o vínculo subjetivo havido entre os eventos delituosos. Vale dizer, adotou-se, no sistema jurídico-penal brasileiro, a Teoria Mista ou Objetivo-Subjetiva.
- e) É pacífico no Supremo Tribunal de Federal que o prazo prescricional é regulado pela pena imposta na sentença, com o acréscimo decorrente da continuidade delitiva.

82. Sobre o nexo de causalidade e suas Teorias, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Para John Leslie Mackie, a causalidade seria uma questão ontológica, ligada a própria natureza das coisas, por isso também caberia à filosofia pensar a causalidade penal. Assim ele buscou encontrar a natureza da causa no seu aspecto fenomênico.
- b) Para Mackie, pensador da Teoria da Condição INUS, seria causa do resultado a condição que seja insuficiente, mas necessária de uma condição desnecessária, mas suficiente.
- c) O Código Penal Brasileiro adota, como regra, em seu art. 13, *caput*, a Teoria da Causalidade Adequada, e não a Teoria da Condição INUS. A Lei considera causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido, e portanto, a superveniência de causa relativamente independente, excluiria a imputação quando, por si só, produzisse o resultado. Os fatos anteriores, entretanto, imputariam-se a quem os praticou.
- d) Ingeborg Puppe trouxe a Teoria da Condição INUS para o Direito Penal, acrescentando ser necessário observar as regras gerais de causalidade.

e) John L. Mackie constrói a Teoria da Condição INUS para dar conta de todos os ingredientes da causação. Para isso ele funda o conceito de condição INUS - Insufficient but Necessary part of a condition which is itself Unnecessary but Sufficient, ou seja, quando um dos componentes é necessário para o conjunto suficiente de elementos, então estamos diante de uma condição INUS.

83. Lucas é doente mental acometido de esquizofrenia e em razão disso faz tratamento com medicamentos antipsicóticos. Toda a comunidade e seus familiares sabem da sua condição mental. Em razão disso, ele tem auxílio de terceiros para que possa levar uma vida normal em sociedade. Certo dia, Lucas não tomou seu remédio e pediu a sua mulher, Geovanna, para ir com ele fazer comprar numa farmácia, bem distante de sua casa. Durante as compras, os seguranças, desconfiados de Lucas, passaram a seguir o casal, o que trouxe um grande incômodo para Lucas que partiu tirar satisfação com um dos funcionários da farmácia. O segurança, irritado, passou a destratar Lucas, que, para não ser agredido ou preso, saiu de lá com sua mulher. Todavia, o irritado segurança foi atrás do casal, com uma arma de choque em punhos. Este tropeçou e caiu. Lucas, ao ver aquela cena, tomado de vingança, quis e desferiu um golpe certo com seu punhal, causando a morte do segurança. Diante do caso descrito, Lucas é considerado:

- a) inimputável, porque é portador de doença mental.
- b) imputável, porque não tomou seu remédio e ao tempo da ação era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato.
- c) imputável, visto que não há nexo da doença mental com o homicídio.
- d) inimputável, mas agiu acobertado por causa excludente de ilicitude.
- e) semi-imputável, ficando sujeito à medida de segurança

84. O Sobre o dolo, assinale a alternativa correta:

- a) O dolo eventual é incompatível com a tentativa.
- b) De acordo com a doutrina neokantista da ação, o dolo tem caráter normativo, sendo necessário que o agente, além de ter consciência e vontade, saiba que a conduta praticada é ilícita.
- c) a culpa é presumida no tipo penal e o dolo deve estar expresso.
- d) O nominado dolo de consequências necessárias é uma espécie de dolo indireto ou mediato.
- e) A consciência atual da ilicitude é elemento do dolo, conforme a teoria finalista da ação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

85. No tocante à prisão em flagrante, assinale a opção correta.

- a) Transcorridas 24 (vinte e quatro) horas após o decurso do prazo de realização da audiência de custódia, a não realização do ato, sem motivação idônea, ensejará a ilegalidade da prisão, a ser relaxada pela autoridade competente.
- b) Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial torna impossível a configuração do crime de furto, ou mesmo o flagrante em relação a ele.
- c) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva durante a audiência de custódia é possível, ainda que não haja requerimento do Ministério Público.
- d) A prisão deve ser relaxada sempre que considerada ilegal ou quando não verificada a possibilidade de decretação de outra modalidade de prisão cautelar.
- e) Quem é perseguido, logo após a infração, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração, incorre no chamado flagrante presumido.

86. Considerando o disposto no Código de Processo Penal acerca da prisão preventiva, marque a alternativa correta.

- a) Não será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa, uma vez que a legislação admite a identificação criminal nesses casos.
- b) Decretada a preventiva e verificando-se que desaparecem os motivos que a ensejaram, nos exatos termos da lei, o juiz deve relaxar a prisão.
- c) As hipóteses de admissibilidade da prisão preventiva estabelecidas no art. 313 do CPP não são cumulativas; basta que uma delas esteja presente para que seja cabível essa custódia cautelar.
- d) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada e de ofício.
- e) A prisão preventiva não pode ser decretada a requerimento unicamente do assistente de acusação.

87. Acerca da liberdade provisória e da fiança, é correto afirmar:

- a) A liberdade provisória não poderá ser concedida nos crimes de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e nos definidos como crimes hediondos.
- b) O reforço da fiança deverá ser exigido quando o acusado praticar nova infração penal dolosa.
- c) Sendo cabível a fiança, não poderá o acusado ser colocado em liberdade provisória sem prestá-la.
- d) Recusando ou retardando a autoridade policial a concessão da fiança, o preso, ou alguém por ele, poderá requerê-la, mediante simples petição, perante o juiz competente, que decidirá em 48 horas.
- e) Será quebrada a fiança quando reconhecida a existência de delito inafiançável, no caso de inovação na classificação do delito.

88. No tocante ao procedimento dos crimes dolosos contra a vida, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- a) O juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando não se convencer da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.
- b) Quando impronunciado o acusado, não poderá ele ser processado novamente pelo mesmo fato.
- c) Na pendência de recurso contra a decisão de pronúncia ou quando efetivado o julgamento, não se admitirá o pedido de desaforamento, salvo, na última hipótese, quanto a fato ocorrido durante ou após a realização de julgamento anulado.
- d) A defesa e, depois dela, o Ministério Público poderão recusar os jurados sorteados, até 3 (três) cada parte, desde que motivadamente.
- e) Depois de apregoadas as partes, anunciado o julgamento e instalado o conselho de sentença, não se admitirá dissolução em razão de diligências que se compreendam imprescindíveis.

89. José foi denunciado pela prática do crime de receptação (artigo 180 do Código Penal) de um televisor, o qual foi encontrado em sua residência após busca e apreensão realizada. Recebida a denúncia e encerrada a instrução probatória, verificou-se que, na verdade, o réu teria cometido o delito de furto (artigo 155 do Código Penal) do mesmo bem, situação que não constou inicialmente na peça acusatória em razão da ausência de indicativos suficientes e seguros da autoria. Apenas as provas produzidas no processo é que demonstraram claramente isso. Nessa situação hipotética,

- a) o juiz poderá, desde logo, condenar o réu pela prática de furto.
- b) o juiz poderá proferir sentença pelo delito de furto, desde que as partes sejam intimadas anteriormente para manifestação.

c) o juiz não poderá analisar a prática do furto, cabendo apenas requisitar eventual instauração de inquérito policial para apuração.

d) cabe ao Ministério Público o aditamento da denúncia, o que pode ser feito oralmente e na própria audiência de instrução e julgamento da mesma ação penal.

e) o furto não poderá ser apreciado nesse mesmo processo, havendo necessidade de absolvição pela receptação para que uma denúncia autônoma de furto seja formulada em outro feito, iniciando-se o devido processo legal.

90. Sobre o tema das nulidades no processo penal, assinale a alternativa correta considerando o disposto no Código de Processo Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) Admite-se o julgamento de recurso criminal, na segunda instância, sem prévia intimação, ou publicação de pauta.

b) É relativa a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.

c) Como no processo penal 'forma é sinônimo de garantia', a nulidade deve ser declarada mesmo que o vício do ato processual não tenha influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.

d) Em razão da aplicação do princípio da causalidade ou contaminação, os atos cuja nulidade não tiver sido sanada, serão renovados ou retificados.

e) A incompetência do juízo anula todos os atos do processo, decisórios e instrutórios, por violação direta ao princípio do juiz natural, aproveitando-se apenas os atos postulatórios.

91. Sobre os recursos no processo penal, é correto afirmar:

a) segundo a doutrina majoritária, o princípio da fungibilidade permite que o recurso interposto de forma equivocada seja aceito, ainda que fora do prazo legal, como se fosse o recurso adequado.

b) diante do duplo grau de jurisdição, em nosso ordenamento jurídico não se admite a figura do recurso de fundamentação vinculada.

c) alguns recursos são dotados de efeito translativo, que consiste, basicamente, na devolução de toda a matéria objeto do processo ao juízo *ad quem*, ainda que não expressa ou pontualmente impugnada.

d) no processo penal, contam-se os prazos da data da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.

e) a contagem dos prazos para a Defensoria Pública não é realizada em dobro, por falta de previsão legal e sob pena de violação aos princípios da paridade de armas e da isonomia.

92. Assinale a opção que apresenta os recursos cabíveis, respectivamente, contra: i) decisão que nega seguimento a agravo em execução; ii) decisão que recusa a homologação do acordo de não persecução penal.

a) Recurso em sentido estrito nos dois casos.

b) Carta testemunhável e apelação.

c) Recurso em sentido estrito e agravo de instrumento.

d) Carta testemunhável e recurso em sentido estrito.

e) Agravo de instrumento e recurso em sentido estrito.

DIREITO DA EXECUÇÃO PENAL

Ivan Marques

93. Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto não poderão obter saída temporária do estabelecimento no seguinte caso:

a) visita à família;

b) frequência a curso supletivo profissionalizante, na Comarca do Juízo da Execução.

c) frequência a curso de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução.

d) falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão.

e) participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

94. Aponte a alternativa CORRETA sobre a monitoração eletrônica na fase de execução penal:

a) O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando autorizar a saída temporária no regime aberto.

b) A desnecessidade da medida não tem o condão de revogá-la.

c) O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando determinar a prisão domiciliar.

d) O fiscal de monitoração será instruído acerca dos cuidados que o condenado deverá adotar com o equipamento eletrônico.

e) A violação comprovada dos deveres previstos neste artigo poderá acarretar, a critério do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa, a suspensão de visitas íntimas.

95. Quanto aos regimes de cumprimento de pena, marque a alternativa correta:

a) Há presunção de aceitação de condições fixadas pelo juiz para o condenado que ingressar no regime aberto.

b) Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de condenado maior de 80 (oitenta) anos.

c) Não há autorização normativa para que leis locais estabeleçam normas complementares para o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto.

d) O Juiz não poderá estabelecer condições especiais para a concessão de regime aberto, além das condições gerais e obrigatórias, em respeito ao princípio da legalidade.

e) Condenada gestante poderá, por esse motivo, ser dispensada do trabalho.

96. Incumbe ao Conselho da Comunidade, exceto:

a) visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca;

b) entrevistar presos;

c) apresentar relatórios mensais ao Juiz da execução e ao Conselho Penitenciário;

d) diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento.

97. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com a seguinte característica:

a) participação em audiências judiciais, excepcionalmente por videoconferência, garantindo-se a participação do defensor no mesmo ambiente do preso.

b) direito do preso à saída da cela por 2 (duas) horas diárias para banho de sol.

c) visitas semanais de 2 (duas) pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos.

d) recolhimento em celas com, no máximo, 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso.

e) duração máxima de até 360 (trezentos e sessenta) dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave.

CRIMINOLOGIA

Flávio Milhomem

98. A respeito do conceito, objeto e método da criminologia, pode-se afirmar, exceto:

- a) A Criminologia é definida como uma ciência causal-explicativa da criminalidade, isto é, que investiga as causas da criminalidade, segundo o método experimental.
- b) A criminologia é uma ciência dogmática que se preocupa com o ser e o dever ser e parte do fato para analisar suas causas e buscar definir parâmetros de coerção punitiva e preventiva.
- c) A criminologia utiliza um método analítico para desenvolver uma análise indutiva.
- d) A criminologia moderna ocupa-se com a pesquisa científica do fenômeno criminal que vai além da identificação de suas causas; tendo por objeto também a prevenção do fato criminoso e o controle de sua incidência.
- e) A análise criminológica do crime diferencia-se da análise jurídica pois, neste, o jurista parte de premissas corretas para deduzir delas as oportunas consequências (método dedutivo).

99. A respeito da interação entre criminologia, política criminal e direito penal, assinale a alternativa incorreta:

- a) A criminologia, a política criminal e o Direito Penal são três pilares do sistema das ciências criminais, inseparáveis e interdependentes.
- b) Em relação ao conceito de ciência penal total, a criminologia representa o momento decisional; a política criminal, o explicativo-empírico; e o Direito Penal, o normativo.
- c) A política criminal deve se incumbir de transformar a experiência criminológica em opções e estratégias

concretas assumíveis pelo legislador e pelos poderes públicos.

- d) A política criminal constitui a sistematização de estratégias, táticas e meios de controle social da criminalidade, com o propósito de sugerir e orientar reformas na legislação positivada.
- e) A Política Criminal é uma disciplina que estuda estratégias estatais para atuação preventiva sobre a criminalidade, e que tem como uma das principais finalidades o estabelecimento de uma ponte eficaz entre a criminologia, enquanto ciência empírica, e o direito penal, enquanto ciência axiológica.

100. Ficaria claro, com ele, que a maneira pela qual as sociedades e suas instituições reagem diante de um fato é mais determinante para defini-lo como delitivo ou desviado do que a própria natureza do fato (...).

(Adaptado de: ANITUA, Gabriel Ignacio. Histórias dos pensamentos criminológicos. Rio de Janeiro: Revan, 2008, p. 588)

A teoria criminológica descrita na passagem acima é conhecida por

- a) Escola de Chicago.
- b) Associação Diferencial.
- c) Escola Positivista.
- d) Reação Social.
- e) Garantismo Penal.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-DPE-GO-Defensor-31-07>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>